

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Mori Energia Holding S/A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

The logo for MORI consists of the word "MORI" in a bold, sans-serif font. The letters "M", "R", and "I" are dark blue, while the letter "O" is a bright orange color.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mori Energia Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Crítérios de capitalização de gastos como ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 7, a Companhia e suas controladas possuem saldo de imobilizado, nos montantes de R\$ 335 mil e R\$ 570.995 mil na controlada e consolidado, respectivamente. O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação a determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos. Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, entendimento do processo e dos controles relacionados ao processo de avaliação dos critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado, teste documental, em bases amostrais, dos bens adquiridos durante o exercício de 2019 de forma a verificar com base na documentação que suporta tais aquisições, as evidências do momento da capitalização e da natureza dos gastos adicionados ao imobilizado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 7.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de outubro de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Mori Energia Holding S/A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	76.342	188	78.411	4.367
Tributos a recuperar		165	12	194	19
Adiantamentos diversos		274	-	274	290
Outros ativos		57	-	264	22
Total do ativo circulante		<u>76.838</u>	<u>200</u>	<u>79.143</u>	<u>4.698</u>
Não circulante					
Outros ativos		421	-	431	-
Investimentos	6	492.406	9.458	-	-
Imobilizado	7	335	-	570.995	13.988
Intangível		1	-	2.449	-
Direito de Uso	8	-	-	36.162	-
Total do ativo não circulante		<u>493.163</u>	<u>9.458</u>	<u>610.037</u>	<u>13.988</u>
Total do ativo		<u>570.001</u>	<u>9.658</u>	<u>689.180</u>	<u>18.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	388	-	31.656	-
Debentures	10	14.429	-	14.429	-
Obrigações trabalhistas		245	-	274	2
Tributos a recolher		239	-	1.856	6
Partes relacionadas	11	4.009	-	3.528	-
Arrendamentos	12	-	-	42	-
Outros passivos		797	38	876	10
					-
Total do passivo circulante		<u>20.107</u>	<u>38</u>	<u>52.661</u>	<u>18</u>
Não circulante					
Partes relacionadas	11	505	6.944	505	6.944
Debentures	10	283.962	-	283.962	-
Arrendamentos	12	-	-	36.715	-
Instrumentos financeiros derivativos		7.009	-	7.009	-
Outros passivos		198	-	-	-
Total do passivo não circulante		<u>291.674</u>	<u>6.944</u>	<u>328.191</u>	<u>6.944</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	13	318.331	100	318.331	100
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.130	-	3.130
Ágio em transações de capital		(40.610)	-	(40.610)	-
Prejuízos acumulados		(19.501)	(554)	(19.501)	(554)
		<u>258.220</u>	<u>2.676</u>	<u>258.220</u>	<u>2.676</u>
Participação de não controladores		-	-	50.108	9.048
Total do patrimônio líquido		<u>258.220</u>	<u>2.676</u>	<u>308.328</u>	<u>11.724</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>570.001</u>	<u>9.658</u>	<u>689.180</u>	<u>18.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Receita líquida de vendas	14	-	-	2.632	-
Custos dos serviços prestados	15	-	-	(912)	-
Lucro bruto		-	-	1.720	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	(6.020)	(73)	(10.720)	(137)
Equivalência patrimonial	6	(4.301)	(27)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		251	-	274	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.070)	(100)	(8.726)	(137)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	912	69	1.588	213
Despesas financeiras	16	(9.789)	(507)	(10.912)	(602)
		(8.877)	(438)	(9.324)	(389)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.947)	(538)	(18.050)	(526)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		-	(16)	(473)	(54)
Prejuízo do exercício		(18.947)	(554)	(18.523)	(580)
Prejuízo do exercício atribuível à:					
Participação de controladores				(18.947)	(554)
Participação de não controladores				424	(26)
Resultado por ação em R\$				(0,10)	(5,80)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Prejuízo do exercício	(18.947)	(554)	(18.523)	(580)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(18.947)</u>	<u>(554)</u>	<u>(18.523)</u>	<u>(580)</u>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível à:				
Participação de controladores			(18.947)	(554)
Participação de não controladores			424	(26)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota explicativa	Controladora						
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio nas transações de capital	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	100	-	-	-	100	-	100
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	9.074	9.074
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.130	-	-	3.130	-	3.130
Prejuízo do exercício	-	-	-	(554)	(554)	(26)	(580)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	100	3.130	-	(554)	2.676	9.048	11.724
Integralização do capital social	315.101	-	-	-	315.101	26	315.127
Integraização de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	3.130	(3.130)	-	-	0	-	0
Ágio em transações de capital	-	-	(40.610)	-	(40.610)	40.610	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.947)	(18.947)	424	(18.523)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	318.331	-	(40.610)	(19.501)	258.220	50.108	308.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.947)	(538)	(18.050)	(526)
Ajustes por itens do resultado que não afetam o caixa:	13.806	27	10.973	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.301	27	-	-
Depreciação e amortização	17	-	1.100	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.009	-	7.009	-
Juros com captação de debentures	2.437	-	2.437	-
Juros com passivo de arrendamento	-	-	733	-
Amortização dos custos de captação de debentures	42	-	42	-
Outros	-	-	(348)	-
(Aumento)/redução de ativos	(484)	(12)	(401)	(330)
Tributos a recuperar	(153)	(12)	(175)	(19)
Outros ativos	(331)	-	(226)	(311)
Aumento (redução) de passivos	5.838	22	37.698	(36)
Fornecedores	388	-	31.656	-
Impostos a recolher	239	-	1.850	6
Outros Passivos	1.202	38	1.137	12
Partes relacionadas	4.009	-	3.528	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(16)	(473)	(54)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	19.160	37	48.269	(366)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(352)	-	(557.675)	(13.988)
Aquisições de investimentos	(3.979)	-	-	-
Caixa de empresas adquiridas em combinação de negócios	-	-	187	-
Aporte de capital em controladas	(523.880)	(9.485)	-	-
Aquisição de intangíveis	(422)	-	(2.879)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(528.633)	(9.485)	(560.367)	(13.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	6.944	-	6.944
Amortização de principal e juros com partes relacionadas	(6.439)	-	(6.439)	-
Captação de debêntures	300.908	-	300.908	-
Amortização de Arrendamento	-	-	(382)	-
Custos de Captação de debêntures	(4.996)	-	(4.996)	-
Aumento de capital	315.101	-	315.101	9.174
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.130	-	3.130
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	604.574	10.074	604.192	19.248
Aumento caixa e equivalentes de caixa	76.154	88	74.044	4.368
No início do exercício	188	100	4.367	-
No fim do exercício	76.342	188	78.411	4.367
Aumento caixa e equivalentes de caixa	76.154	88	74.044	4.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Mori Energia Holding S/A. (“Mori Energia” ou “Companhia e suas controladas”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017 com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2277 3º andar Conj. 301, Jardim Paulistano, que tem por objetivo a participação em caráter permanente ou temporário no capital e nos resultados na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, como controladora ou minoritária, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, com o objetivo principal de desenvolver projetos de infraestrutura no setor de energia, nos termos da Lei nº 99.478/2007.

A Mori Energia é uma Companhia que detém participação por meio de suas controladas de ativos de micro e minigeração distribuídas de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica.

A Companhia, por intermédio de suas controladas, desenvolvem projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; cada UFV é uma controlada direta ou indireta Mori Energia. Uma vez construída e estabelecida cada UFV a Companhia e suas controladas atuam na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez alugam da Companhia e de suas controladas os ativos de geração implantados nas UFVs . Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada -- visando se beneficiarem da geração energética correspondente. Desta forma, a receita das UFVs é proveniente destes alugueres pagos pelos consórcios ou cooperativas. Apurado o resultado de cada UFV, estas transferem os recursos recebidos à Mori Energia e suas sócias (quando existentes), na forma de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas detém 33 empreendimentos sendo 1 em operação e os demais em fase de construção ou pré-operacionais com as seguintes características e capacidades de geração:

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Controlada	Geração em (MW)	Localidade	Início de Operação
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janaúba - MG	16/02/2019
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	02/01/2020
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	06/01/2020
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lagoa Grande - MG	28/07/2020
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Lontra - MG	19/07/2020
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	17/08/2020
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Mirabela - MG	11/05/2020
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	15/08/2020
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Francisco Sá - MG	17/07/2020
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Januária - MG	15/08/2020
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Januária - MG	15/08/2020
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Mato Verde - MG	15/08/2020
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Porteirinha - MG	15/08/2020
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Bonfinópolis de Minas - MG	15/06/2020
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Nanuque - MG	17/12/2020
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Brasilândia de Minas - MG	13/07/2020
UFV Mirabela 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,0	Mirabela - MG	13/07/2020
UFV Corinto 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	31/07/2020
UFV Paracatu 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	12/07/2020
UFV Bocaiuva 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	10/09/2020
UFV Manga 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Manga - MG	29/06/2020
UFV Pirapora 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	21/08/2020
UFV Pirapora 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	09/08/2020
UFV Bocaiuva 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	17/12/2020
UFV Bocaiuva 4 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	27/08/2020
UFV Paracatu 6 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	26/07/2020
UFV Janauba 1 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Janauba - MG	07/08/2020
UFV Pirapora 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Pirapora - MG	10/08/2020
UFV Corinto 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Corinto - MG	04/09/2020
UFV Bocaiuva 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Bocaiuva - MG	17/12/2020
UFV Paracatu 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Paracatu - MG	25/08/2020
UFV Paracatu 3 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	2,5	Paracatu - MG	25/08/2020
UFV Brasilândia 2 Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	5,0	Brasilândia - MG	04/09/2020

A base de consolidação inclui a Controladora e mais 24 controladas que detêm os 33 empreendimentos acima listados, conforme detalhado na nota 2.1.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 14 de maio de 2020.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são compostas pelas demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas, apresentadas abaixo:

Companhia Investida	% Participação em					
	2019			2018		
	Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	51,00%	-	51,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	51,00%	-	51,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Engenharia Solar Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
BD Participações e Administração Ltda	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	17,73%	82,28%	100,00%	-	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	24,35%	75,65%	100,00%	-	-	-
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
Mori Minas Holding Importadora S/A	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	14,42%	85,58%	100,00%	-	-	-
Minasol Servs Des Técnicos	100,00%	-	100,00%	-	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	13,57%	86,43%	100,00%	-	-	-
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	24,92%	75,08%	100,00%	-	-	-
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99,99%	0,01%	100,00%	-	-	-
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	89,00%	-	89,00%	-	-	-

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

2.2. Combinação de Negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de Negócios e ágio--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

2.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem a maioria do capital votante e exerce influência significativa.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas das controladas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento, assim é determinado a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na demonstração do resultado.

2.4. Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Receita de contrato com cliente --Continuação

Conforme detalhado na nota 1 a receita consolidada advém da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos.

2.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real Anual enquanto, que todas demais controladas utilizaram o Lucro Presumido como sistema de tributação em 2019.

Tributos sobre vendas

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65% para Companhia e 0,65% para as Controladas
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6% para a Companhia e 3,00% para as Controladas.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Eventuais saldos credores de tributos são utilizados para compensação com débitos próprios ou na hipótese de remanescerem por períodos em que não há possibilidade de compensação no curto prazo são passíveis de pedidos de ressarcimento.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstrados na Nota 7.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos Intangíveis--Continuação

Referem-se, basicamente, aos pareceres de acesso ao sistema elétrico de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica adquiridos em operação de combinação de negócios refletidas na nota explicativa 2.2.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são contas a pagar a fornecedores, debêntures, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

- CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento ativos em exercícios anteriores de forma que não foram gerados efeitos na escrituração contábil em 1º de Janeiro de 2019 em decorrência da aplicação inicial do CPC 06 (R2), entretanto, durante o exercício de 2019 foram firmados contratos de arrendamentos que seguiram as diretrizes do CPC06 (R2) – “Arrendamentos”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 432 mil de depreciação e R\$ 733 mil de juros destes arrendamentos.

- ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia e suas controladas avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e suas controladas, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

- CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade aplica essas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido o controle em um negócio que fosse uma operação conjunta.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis—Continuação

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Combinação de Negócios

a) Aquisição da Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda

Em 10 de Junho de 2019, a Companhia adquiriu 100% de participação das sociedades Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda, Energia Solar Ltda e Engenharia Solar Ltda, pelo montante de R\$ 2.500. Estas três investidas são proprietárias de direitos de uso de terrenos bem como de pareceres de acesso ao sistema elétrico equivalentes a 26,5 MW concedidos pela distribuidora Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Ambos os ativos são necessários para implantação de uma usina de micro e minigeração de energia fotovoltaica razão pela qual foram adquiridas pela Companhia.

A transferência de controle das adquiridas, foi efetivada em 17 de julho de 2019 para Minasol Serviços de Desenho Técnico Ltda e Engenharia Solar Ltda e em 22 de julho de 2019 para Energia Solar Ltda.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

b) Aquisição da BD Participações S.A

Em 08 de Março de 2019 Mori Energia adquiriu 100% de participação da sociedade BD Participações S.A, pelo montante de R\$ 1.200. Esta investida é locatária de diversos terrenos onde serão instaladas algumas das usinas fotovoltaicas detidas por Mori Energia.

A transferência de controle da empresa adquirida ocorreu na mesma data da operação de aquisição, ou seja, em 08 de março de 2019.

As combinações de negócios acima foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.2.

A Companhia efetuou como consequência da aquisição destas combinações de negócios a alocação do preço de aquisição, identificando ativos intangíveis de vida útil definida assim registrados:

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Particip.
Ativo Intangível				
Pareceres de Acesso	698,50	415,98	1.333,17	-
Vida útil definida	25 anos	25 anos	25 anos	-

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 08 de março de 2019 no caso da BD Participações, em 17 de julho de 2019 nos casos de Minasol e Engenharia Solar e em 22 de julho no caso de Energia Solar.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Participações	TOTAL
Caixas e Equivalentes de Caixa	9,0	8,5	39,7	130,0	187,2
Outros Ativos				290,0	290,0
Imobilizado				2.465,0	2.465,0
Pareceres de Acesso	698,5	416,0	1.333,2	-	2.447,7
Total de Ativos	707,5	424,5	1.372,9	2.885,0	5.389,9
Fornecedores	-	-	5,0	883,0	888,0
Empréstimos	-	-	-	524,0	524,0
Outras Obrigações	-	-	-	-	-
Total de Passivos	-	-	5,0	1.407,0	1.412,0
Total de Ativos Líquidos	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0	3.977,9

Ativos adquiridos e passivos assumidos

Os ativos imobilizados das empresas foram avaliados de acordo com a metodologia ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas vigentes, e o seu valor justo do ativo imobilizado é de R\$ 2.465, não resultando em apuração de mais valia visto que os valores contábeis estão em linha com o avaliação realizada.

Também foi objeto de avaliação os ativos intangíveis relativos aos direitos de utilização de pareceres de acesso ao sistema elétrico concedidos pela concessionária CEMIG no valor total de R\$ 2.447, resultando em uma mais valia de mesmo valor visto não estarem anteriormente registrados no patrimônio das empresas.

Desde a data da aquisição, as Empresas contribuíram para o resultado Companhia com prejuízo líquido de R\$ 1.603. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, o prejuízo acumulado consolidado teria sido acrescido, em função desta aquisição, em R\$ 1.103.

A Companhia registrou o valor estimado desta combinação de negócios baseada no valor justo do acervo líquido adquirido, e determinou o valor preliminar da compra vantajosa e ganhos (perdas) na aquisição de controle, da seguinte forma:

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Combinação de Negócios--Continuação

	Minasol	Energia Solar	Engenharia Solar	BD Particip.
Data da aquisição	10/06/2019	10/06/2019	10/06/2019	08/03/2019
Preço Pago	707,5	424,5	1.367,9	1.200,0
Participação adquirida	100%	100%	100%	100%
Valor Contábil	9,0	8,5	34,8	971,3
Valor Justo	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0
Valor Justo da parcela adquirida	707,5	424,5	1.367,9	1.478,0
Contraprestação transferida pela aquisição	707,5	424,5	1.367,9	1.200,0
Compra Vantajosa	-	-	-	278,0

A Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura dos negócios adquiridos, com base nas informações existentes até 31 de dezembro de 2019. A Companhia, contratou avaliador independente que determinou os valores divulgados acima na data da aquisição, considerando eventuais efeitos de eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, disponíveis e estará concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Empresa poderá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Caixa	1	-	62	-
Bancos	0	188	1.534	9
Aplicações financeiras	76.341	-	76.815	4.358
	<u>76.342</u>	<u>188</u>	<u>78.411</u>	<u>4.367</u>

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes de caixa estão representadas por recursos aplicados automaticamente quando existe saldo de recursos em conta corrente, cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI (100%) e foram contratadas em condições e taxas normais de mercado tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Investimentos (controladora)

Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora possui a seguinte posição de investimento em controladas:

	Controladora	
	2019	2018
Participação em controladas e coligadas	530.568	9.458
Ágio na aquisição de Participações	2.448	-
Ágio em transações de Capital	(40.610)	-
	<u>492.406</u>	<u>9.458</u>

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos (controladora)--Continuação

A movimentação dos investimentos da Companhia nos exercícios de 2018 e 2019 são assim demonstradas:

Controlada	Saldo em 31.12.2017	Constituição ou Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31.12.2018
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	9.440	(27)	9.413
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	15	-	15
TOTAL	-	9.485	(27)	9.458

Controlada	Saldo em 31.12.2018	Aquisição	Constituição ou Aumento Capital	Equivalência Patrimonial	Ágio Transações de Capital	Saldo em 31.12.2019
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.413	-	-	712	-	10.125
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	18.985	(245)	-	18.755
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	21.221	(118)	-	21.117
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	15	-	5.676	(19)	-	5.672
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	7.806	(395)	-	7.411
Engenharia Solar Ltda	-	1.368	374	(425)	-	1.317
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	-	425	53	(58)	-	420
BD Participações e Administração Ltda	-	1.478	1.593	(1.120)	-	1.951
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.747	(13)	-	1.734
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.071	(15)	-	2.056
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	53	(15)	-	37
Mori Minas Holding Importadora S/A	-	-	88.534	(393)	-	88.141
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	903	(12)	-	892
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	35	(18)	-	17
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(29)	-	34
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.326	(6)	-	1.320
Minasol Servs Des Técnicos	-	708	2	(1)	-	708
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	1.245	(6)	-	1.239
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	2.609	(15)	-	2.594
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	63	(0)	-	63
UFV Brasília Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	-	-	98	(0)	-	98
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	-	-	161.178	(710)	(17.721)	142.747
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	95.433	(370)	(10.489)	84.574
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	-	-	112.815	(1.028)	(12.401)	99.386
TOTAL	9.458	3.979	523.880	(4.301)	(40.610)	492.406

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos (controladora)--Continuação

As controladas e coligadas apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2019:

Companhia Investida	Total dos Ativos	Total do Patr. Líquido	Resultado Exercício	Nº Total Ações/Quotas	Ações/Quotas Controladora	Participação Societária %		
						Direta	Indireta	Total
UFV Janauba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.479	19.851	1.395	18.509.900	9.440.049	51,00%	-	51,00%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	19.419	18.755	(245)	19.000.000	19.000.000	100,00%	-	100,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.007	21.117	(118)	21.235.933	21.235.933	100,00%	-	100,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	23.429	23.344	(77)	23.447.419	23.447.418	24,30%	75,70%	100,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	20.479	7.411	(395)	7.806.094	7.806.094	100,00%	-	100,00%
Engenharia Solar Ltda	444	3	(58)	394.739	394.739	100,00%	-	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda	2.812	16	(424)	63.109	63.109	100,00%	-	100,00%
BD Participações e Administração Ltda	36.055	1.951	(1.120)	2.956.688	2.956.688	100,00%	-	100,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.977	9.785	(72)	9.858.764	1.747.611	17,73%	82,28%	100,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	8.592	8.442	(65)	8.507.928	2.071.869	24,35%	75,65%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	38	38	(15)	52.594	52.593	99,99%	0,01%	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	88.449	88.141	(393)	88.533.813	88.533.813	100,00%	-	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	898	892	(11)	902.880	902.879	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	700	16	(18)	34.502	34.501	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1.172	34	(29)	63.165	63.164	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.333	9.153	(44)	9.197.494	1.326.045	14,42%	85,58%	100,00%
Minasol Servs Des Técnicos	10	10	(1)	12.559	12.559	100,00%	-	100,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	9.273	9.129	(47)	9.176.167	1.245.457	13,57%	86,43%	100,00%
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	10.830	10.410	(58)	10.468.481	2.609.241	24,92%	75,08%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	76	62	(0)	63.565	63.564	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	99	98	(0)	99.266	99.265	99,99%	0,01%	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	161.134	160.390	(798)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	115.378	95.027	(416)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	121.687	111.670	(1.155)	90.909	80.909	89,00%	-	89,00%

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado (consolidado)

Os detalhes do ativo imobilizado consolidado estão demonstrados na tabela abaixo:

	Consolidado				
	Taxa Média depreciação a.a	2019			2018
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	147	(4)	143	-
Máquinas e equipamentos	4%	18.916	(651)	18.265	-
Equipamentos de informática	20%	192	(13)	179	-
Instalações	10%	-	-	-	-
Terrenos		2.889	-	2.889	-
Imobilizado em Construção		549.519	-	549.519	13.988
Total do imobilizado		571.663	(668)	570.995	13.988

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2018 e 2019 teve a seguinte composição:

	Consolidado					
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas Equipos	Terrenos	Imobilizado em Construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	13.988	13.988
Depreciação	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-	-	13.988	13.988
Adições	147	192	18.916	2.889	535.531	557.675
Depreciação	(4)	(13)	(651)	-	-	(668)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	143	179	18.265	2.889	549.519	570.995

Os bens relativos a imobilizado em construção se referem aos projetos de implantação de usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme relatado na nota 1 com detalhamento dos projetos, localização, capacidade de geração e prazo previsto de conclusão de cada obra.

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Direito de Uso (consolidado)

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto nas contas da Companhia e suas controladas da adoção do CPC 06 (R2) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica conforme detalhado na nota 2.15.

Trata-se de 42 contratos celebrados por um período de 25 anos com vigência entre 2019 e 2044. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 13.

A movimentação do direito de uso dos ativos, apresentam a seguinte composição:

	Direitos de Uso
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Adições	36.594
Amortização	(432)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>36.162</u>

Abaixo o detalhamento do reconhecimento dos ativos por controlada:

	Consolidado	
	2019	2018 Não Auditado
Engenharia Solar	2.754	-
Energia Solar	435	-
BD Participações	27.036	-
Januária I	1.118	-
Januária II	672	-
Janaúba	424	-
Lontra	1.259	-
Manga	1.838	-
Corinto	626	-
	<u>36.162</u>	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou despesa de R\$ 169 referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Fornecedores

Abaixo demonstramos a composição da rubrica Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Fornecedores nacionais	388	-	31.656	-
	<u>388</u>	<u>-</u>	<u>31.656</u>	<u>-</u>

Os saldos de fornecedores se referem principalmente aos projetos de construção dos parques de micro e minigeração de energia fotovoltaica.

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

10. Debentures

A Companhia s realizou uma emissão privada de debêntures, em 19 de novembro de 2019, onde foram emitidas 300.000.000 (trezentos milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) perfazendo o montante de R\$ 300.000, realizada em série única. As debêntures terão prazo de vencimento em 12 de novembro de 2029, sendo amortizadas em 10 parcelas anuais com taxas de juros pré-fixada de 8,62% a.a e estão assim apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Debentures não Conversíveis	303.345	-
(-) Custo Negociação de Debentures a Apropriar	(4.954)	-
Total Debentures	<u>298.391</u>	<u>-</u>
Curto Prazo	14.429	
Longo Prazo	283.962	

Os custos de negociação das debentures foram contabilizados em conta redutora da obrigação principal de curto e longo prazos e serão amortizados ao resultado de acordo com o prazo de duração do contrato até o seu vencimento em 12 de novembro de 2029.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Debentures--Continuação

A movimentação da obrigação com debentures não conversíveis é assim apresentada:

	Captação de Debentures	Juros Debentures	Total a Pagar Debentures	Custo de Captação	Passivo Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-
Adições	300.908	2.437	303.345	(4.996)	298.349
Amortização	-	-	-	42	42
Saldos em 31 de dezembro de 2019	300.908	2.437	303.345	(4.954)	298.391

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar das debentures em 31 de dezembro de 2019 conforme cronograma de amortização definido em contrato:

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	TOTAL
Vencimento Debentures	14.429	15.966	15.966	15.966	15.966	225.052	303.345

A Companhia realizou a contratação de instrumento financeiro derivativo SWAP junto ao Banco Bradesco BBI S/A para minimizar a exposição do endividamento à oscilação da taxa do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação, nos seguintes termos e condições:

Indexador Ativo do Banco / Passivo do Cliente	Indexador Ativo do Cliente / Passivo do Banco
Taxa Pré-Fixada de 8,62% a.a (taxa exponencial)	100% do CDI + 1,58% a.a

As operações com instrumentos financeiros derivativos foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.11.

Em decorrência destas operações a Companhia contabilizou despesa financeira no valor total de R\$ 7.009 contra passivo de longo prazo no exercício 2019.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Debentures--Continuação

As Debentures contaram com a formalização de garantias reais e fiança abaixo descritas:

a) Garantias Reais

a.1. cessão fiduciária, pela Emissora (MORI) e pelo FIP Ares de :

- i. todos os valores pagos a título de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus, redução de capital, mútuos com controladas e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos ou declarados à Emissora.
- ii. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de contratos de mútuo da Emissora com suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, atuais e futuros;
- iii. da eventual variação positiva de Contratos de Swap com todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Emissora.
- iv. da totalidade dos direitos creditórios decorrentes (a) da conta vinculada de titularidade do FIP Ares; e (b) da conta pagamento e reserva de titularidade da Emissora, (c) quaisquer investimentos realizados com os valores depositados nas Contas do Projeto.;

a.2. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por FIP Ares, bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Ares.

a.3. alienação fiduciária da totalidade das ações detidas por Ares ,bem como quaisquer outras ações ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, representativas do capital social da Emissora.

a.4. alienação fiduciária, pela Emissora (MORI), da totalidade das ações atual e futuramente por ela detidas, de emissão da BD Participações (“Alienação Fiduciária das Ações da BD Participações”);

a.5. As Garantias Reais foram outorgadas em benefício conjunto do Agente de Swap, no âmbito do Instrumento Particular de Contratação de Derivativos e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

b) Fiança

As empresas Perfin Ares 2 FIP e BD Participações e Administração S/A, prestaram fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, aceitando todos os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, e obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos na Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Partes Relacionadas

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2019, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Bruno Shiraga	3.004	-	3.004	-
UFV Corinto	1.005	-	-	-
GD Energy LLC	-	-	-	-
Hikari Participações	-	-	524	-
Total de Empréstimos e Financiamentos CP	4.009	-	3.528	-

Empréstimos e Financiamentos Longo Prazo

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
GD Energy LLC	505	6.944
Total de Empréstimos e Financiamentos LP	505	6.944

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar com partes relacionados bem como a taxa de juros definido em cada contrato:

	Taxa de Juros	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Bruno Shiraga	100% CDI	3.004	-	-	3.004
UFV Corinto	100% CDI	1.005	-	-	1.005
GD Energy LLC	1,86% a.a	-	-	505	505
Hikari Participações	0,50% a.m	-	524	-	524

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) e advêm principalmente das obrigações assumidas em 42 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de micro e minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos tendo sua vigência entre 2019 e 2044.

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.14.

A movimentação do passivo de arrendamentos tem a seguinte composição:

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições	88.676	(52.269)	36.406
Pagamentos	(382)	-	(382)
Amortização dos Juros	-	733	733
Saldos em 31 de dezembro de 2019	88.294	(51.537)	36.757

Abaixo o detalhamento das obrigações assumidas por controlada:

	Passivo de Arrendamento		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Engenharia Solar	37	2.783	2.820
Energia Solar	6	434	440
BD Participações	-	33.497	33.497
	42	36.715	36.757

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2020	2021	2022	2023	2024	A partir de 2025	TOTAL
Vencimento de Passivo de Arrendamento	42	489	544	604	656	34.424	36.757

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é de R\$ 318.331 (trezentos e dezoito milhões, trezentos e trinta mil e seiscentos reais), representado por 92.608.453 (noventa e dois milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e por 92.608.453 (noventa e dois milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas sem valor nominal.

A composição do Capital Social da Controladora por acionista é assim demonstrada:

	Participação Societária	
	2019	2018
Ares 2 Participações S/A	308.662	-
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	9.669	-
Hikari Participações Ltda	-	30
Bruno Ken Taniwaki Shiraga	-	35
Douglas Sadao Taniwaki Shiraga	-	35
	<u>318.331</u>	<u>100</u>

A participação em número de ações é assim composta:

Acionista	Número de Ações				
	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total
Mori Gestão de Ativos Holding S/A	9.668.574	10,44%	-	0,00%	9.668.574
Ares 2 Participações S/A	82.939.879	89,56%	92.608.453	100,00%	175.548.332
Total	<u>92.608.453</u>	<u>100,00%</u>	<u>92.608.453</u>	<u>100,00%</u>	<u>185.216.906</u>

b) Ágio nas transações de capital

Durante o exercício corrente, a Companhia efetuou a integralização de capital nas controladoras Mori Minas Newco I Energia Solar S.A., Mori Minas Newco II Energia Solar S.A. e Mori Minas Newco III Energia Solar S.A., nos montantes de R\$ 161.178, R\$ 95.433 e R\$ 112.815, respectivamente, gerando ágio nas transações de capital, nos montantes de R\$ 17.721, R\$ 10.489 e R\$ 12.401, respectivamente.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Receita operacional líquida

O valor da receita operacional líquida “Consolidada” é resultado dos contratos de alugueres das Unidades Fotovoltaicas para os consórcios conforme nota explicativa 2.4 e está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2019	2018 Não Auditado
Receita Bruta com arrendamentos e aluguéis	2.732	-
(-) Tributos sobre vendas	(100)	-
	<u>2.632</u>	<u>-</u>

15. Custos e despesas gerais e administrativas

A Companhia e suas controladas apresenta a seguir as informações sobre os custos bem como as despesas gerais e administrativas por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Despesas com pessoal	1.681	-	1.701	-
Aluguéis	178	-	920	-
Impostos, taxas e contribuições	106	-	2.297	-
Despesas gerais	1.337	73	1.835	-
Serviços prestados pessoa jurídica	2.702	-	3.497	-
Serviços prestados pessoa física	-	-	282	-
Depreciação e amortização	17	-	1.100	-
	<u>6.020</u>	<u>73</u>	<u>11.632</u>	<u>-</u>

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Resultado financeiro

A Companhia e suas controladas apresenta a seguir as informações sobre as receitas e despesas financeiras que compõem seu resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 Não Auditado
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	853	69	1.516	212
Outras receitas financeiras	60	-	72	1
Total receitas financeiras	<u>912</u>	<u>69</u>	<u>1.588</u>	<u>213</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(73)	(74)	(79)	(166)
Custo Captação Debentures	(42)	-	(42)	-
Juros Debentures	(2.437)	-	(2.437)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(733)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.009)	-	(7.009)	-
IOF	(221)	-	(234)	-
Variação Cambial	-	(431)	(272)	(431)
Outras despesas financeiras	(7)	(1)	(108)	(6)
Total despesas financeiras	<u>(9.789)</u>	<u>(506)</u>	<u>(10.912)</u>	<u>(603)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.877)</u>	<u>(437)</u>	<u>(9.324)</u>	<u>(390)</u>

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

a) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	62	62	-	-	-	Custo Amortizado
Equivalentes de Caixa	78.349	78.349	4.367	4.367	Nível I	Valor justo por meio de resultado
	<u>78.411</u>	<u>78.411</u>	<u>4.367</u>	<u>4.367</u>		
Passivo						
Fornecedores	31.656	31.656	-	-	-	Custo Amortizado
Debentures	298.391	298.391	-	-	-	Custo Amortizado
Partes Relacionadas	4.033	4.033	6.944	6.944	-	Custo Amortizado
Derivativos	7.009	7.009	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>341.089</u>	<u>341.089</u>	<u>6.944</u>	<u>6.944</u>		

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 2019, a Companhia aumentou seu nível de endividamento para 42,83% do Capital Total em função dos investimentos na construção das usinas de micro e minigeração de energia fotovoltaica. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos Empréstimos e Financiamentos	309.433	6.944
(-) Caixas e Equivalentes de Caixa	(78.411)	(4.367)
(=) Dívida Líquida	231.022	2.577
Total do Patrimônio Líquido	308.328	11.724
Valor do Capital Total	539.349	14.301
Índice de Alavancagem Financeira	42,83%	18,02%

c) Gestão de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no *Manual de Compliance e Integridade* e na *Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance* do Grupo Mori Energia. Suportando as políticas e procedimentos o Grupo está estabelecendo o Comitê de Riscos e Compliance, com reporte direto ao Conselho de Administração (formado por três membros: Diretoria Jurídica, Conselheiro e Representante do Acionista Controlador / Perfin). Os principais riscos estão identificados na *Matriz de Riscos Mori*.

(i) Riscos operacionais

O risco operacional está relacionado com a interrupção parcial ou total da geração de energia elétrica prevista para o parque de geração fotovoltaica (UFVs).

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação**(ii) Riscos de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(iii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Diretoria Financeira; os principais passivos financeiros estão relacionados às Debentures emitidas em Novembro de 2019, sendo seu vencimento contratual demonstrado na nota 13.

(iv) Riscos de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Diversas controladas nas quais a Companhia detém participação possuem novas unidades geradoras de energia fotovoltaica em fase de construção; são riscos inerentes às atividades de construção / implantação eventuais atrasos na execução das obras, com impactos nos custos previstos e/ou penalidades contratuais. O monitoramento destes riscos é gestão das Diretorias de (i) Engenharia e (ii) Operações, esta última englobando a Diretoria Jurídica.

(v) Risco Regulatório

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Mori são monitorados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

(vi) Risco de Juros

A Companhia monitora o cenário de juros vigente na administração dos recursos sob gestão (Tesouraria); a operação de SWAP realizada na emissão das debentures em Novembro de 2019 descrita na nota 10 mitigou a exposição do endividamento da Companhia à oscilação do CDI, fixando a taxa de longo prazo (10 anos) para a referida operação.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura está assim demonstrada:

Dados da Companhia e Controladas:

Cobertura	Vigência	Importância Segurada
Seguro Fiança Locatício da Sala Comercial de São Paulo – apólice Porto Seguro 0746.49.21.590-0	19/08/2019 a 11/08/2022	R\$ 568.800,00
Seguro saúde coletivo compulsório - Bradesco.	11/2019 prazo mínimo de 12 meses	
Seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil contratados pelas sociedades investidas com cobertura básica (obras civil em construção e montagem), despesas extraordinárias, tumultos, greves e lockout, manutenção ampla (até 12 meses), despesas com desentulho, equipamentos móveis e estacionários, obras aceitas ou colocadas em operação, danos de erro de projeto e riscos do fabricante, honorários de perito, afretamento de aeronave, responsabilidade civil geral/cruzada, danos morais, despesas de salvamento, obras temporárias, responsabilidade civil do empregador	Durante o período de execução de cada Usina.	Valor do CAPEX de cada Usina.
Seguro de Risco Operacional com cobertura de danos materiais e lucros bruto	De 12 meses a partir da emissão do CAP da Usina.	Valor do CAPEX para os danos materiais e R\$ 3.540.000,00 para o lucro bruto.
Seguro de transporte marítimo internacional com cobertura FPA e All Risks; cobertura adicional de frete e seguro; de classificação de navios em viagens internacionais; de transbordo; de riscos de greves; risco de guerra; prorrogação de prazo de duração do risco; embarques efetuados em convés; aparelhos, máquinas e equipamentos.	Durante o transporte marítimo até a saída os equipamentos importados do porto (Brasil).	Valor da importação.
Garantia Fiel Comprimento dos Contrato de Empreitada – Carta Fiança ou Seguro Garantia no valor mínimo de 10% do valor do contrato.	Durante o período de execução de cada Usina até 24 meses após a emissão do CAP e com emissão do CAF.	Valor mínimo de 10% do valor do contrato

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Divulgações sobre partes relacionadas

A Nota 2.1 fornece informações sobre a estrutura do grupo incluindo detalhes das controladas e da Companhia, bem como a Nota 10 fornece informações sobre passivos de mútuo com partes relacionadas com detalhamento dos saldos, vencimentos e taxas de juros das obrigações assumidas.

Transações com membros-chave da Administração

Empréstimos de Diretores

Conforme detalhado na Nota 10 a Companhia celebrou em 30 de dezembro de 2019 um contrato de mútuo o valor de R\$ 3.000 com o diretor Sr. Bruno Ken Taniwaki Shiraga com vencimento para 07 de Janeiro de 2020 sendo aplicado juros equivalentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros DI.

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária a remuneração global da diretoria estatutária da Companhia é de R\$ 130 mil, também ficou definido nesta AGE que os membros do conselho de administração não são remunerados.

20. Apresentação de informações por segmento

A Companhia e suas controladas tem em suas operações a finalidade direta ou indireta na micro e minigeração distribuídas de energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica., desta forma todas as informações das demonstrações financeiras foram divulgadas com a premissa de segmento único.

Mori Energia Holding S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Eventos subsequentes – Potenciais implicações econômicas e contábeis decorrentes do Corona Vírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia vem causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais além de desencadear decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes na atividade econômica e por consequência nos negócios das empresas.

A Companhia e suas controladas estão avaliando esses impactos, porém, nesse momento, não se pode determinar o exato potencial impacto econômico e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício vindouro que teve início em 1 de janeiro de 2020 e que se encerrará em 31 de dezembro de 2020. Embora a Energia seja um bem essencial, com o recrudescimento da crise pode-se vir a observar algum aumento na inadimplência por parte dos consumidores Consorciados e Locadores das UFVs. Os eventuais impactos continuarão a ser monitorados ao longo do ano.